

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CCJR**

**24.04.2024**

\* \* \*

- Abre a reunião o Sr. Thiago Auricchio.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Solicito à equipe da rede Alesp que inicie a transmissão da reunião. Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Constituição, Justiça e Redação da 2ª Sessão Legislativa do 1º Biênio da 20ª Legislatura.

Retifico com muito prazer a presença dos nobres deputados. Deputado Conte Lopes, este presidente, deputado Mauro Bragato, deputado Rômulo Fernandes, aqui presente, deputada Marta Costa, deputado Delegado Olim, deputada Solange Freitas, deputada Dani Alonso e deputada Professora Bebel. Solicito à Secretária a Leitura da Ata da reunião passada.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputada Professora Bebel.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Gostaria de saber a condição da deputada Daniela Alonso, se ela é suplente de quem e se já tem papel, se não for...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Ela está como substituta eventual aqui, deputada.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Eventual. Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Delegado Olim.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Voto como lida a Ata da reunião anterior.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - É regimental o pedido da Vossa Excelência.

**O SR. RÔMULO FERNANDES - PT** - Eu queria pedir votação para a Ata. Eu queria ler a Ata.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - É regimental. Como vota o deputado Conte Lopes?

**O SR. CONTE LOPES - PL** - Dispensa da Ata.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Como vota o deputado Rômulo Fernandes?

**O SR. RÔMULO FERNANDES - PT** - Pela leitura, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Como vota o deputado Mauro Bragato?

**O SR. MAURO BRAGATO - PSDB** - Pela dispensa, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Como vota a deputada Solange Freitas?

**A SRA. SOLANGE FREITAS - UNIÃO** - Dispensou a leitura.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Como vota a deputada Marta Costa?

**A SRA. MARTA COSTA - PSD -** Dispensa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Professora Bebel.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT -** Pela leitura, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Como vota o deputado Delegado Olim?

**O SR. DELEGADO OLIM - PP -** Pela dispensa da leitura.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Deputada Daniela Alonso?

**A SRA. DANI ALONSO - PL -** Pela dispensa da leitura, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Este presidente vota para a dispensa da leitura, ficando sete votos a dois, ficando dispensada a leitura da Ata da reunião anterior. Aproveito para convocar uma reunião extraordinária da CCJR a ter início às 14h30 para a apresentação da mesma pauta da presente reunião.

Ordem do Dia, Item 1, Proposta de Emenda à Constituição n.º 9, de 2023, de autoria do governador, altera a redação da Constituição do Estado na forma que especifica. Deputado Carlos César relatou favorável à PEC e contrário à Emenda nº 1. Voto separado dos deputados Professora Bebel, contrário à PEC e contrário à Emenda nº 1, e do deputado Reis, contrário à PEC e contrário à Emenda nº 1. Retomada da leitura do voto em separado da deputada Professora Bebel, a partir da página 105, com a palavra a deputada Professora Bebel.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT -** Bom dia, Sr. Presidente, cumprimento toda a assessoria aqui presente, cumprimento às Sras. Deputadas, Srs. Deputados, enfim, público presente, aguerrido, que mais uma vez está aqui nessa luta contra a redução dos recursos da Educação. Nós sabemos perfeitamente o impacto negativo que dará. Então, para vocês que aqui estão presentes, em nome do meu mandato - porque aqui estou como

mandatária -, quero dizer que para mim é uma honra tê-los nesta Casa, porque esta Casa é do povo e ela tem que ter voz.

Muito obrigada. Também gostaria, Também gostaria, Sr. Presidente... (Manifestação na galeria.). Sr. Presidente, eu gostaria do seguinte. Nós temos, fora daqui, mas um tanto de pessoas, e sei que tem plenários vazios, pelo menos deve ter, não sei se o secretário René está por aí. Sr. René, a gente gostaria que enfim, fossem colocados, que eles acompanhem a leitura também do voto.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputada, o que foi passado aqui é que nos demais plenários tem reuniões marcadas?

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Ele acabou de dizer que já vai liberar, então, acho que a gente vai poder os contemplar.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - É o que foi passado...

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Não, não, não. Pare, gente. Eu perguntei duas informações.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - É o meu plenário que não deve dar quórum... (Vozes sobrepostas.).

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Até as 11h tem reunião marcada, não dando quórum, acho que tranquilo. Obrigado.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Põe lá. Aqui do lado.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Aí você veio dar quórum aqui, não é? Vamos lá.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Eu sou presidente lá.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Pois é. Por ser presidente, tinha que estar lá. Quero ouvir, bem assim, quero, faça favor professora. Como é que é? Seria... Vamos

lá. Eu tinha parado em uma das metas, que para nós é a mais cara, que é a forma de valorizar os profissionais da Educação, que é a meta 17, está aqui.

Valorizar os profissionais da Educação do Magistério das redes públicas básicas, de forma a equiparar no Estado até o final do sexto ano de vigência do Plano Estadual de Educação, seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente. Essa meta para nós é cara, é um conceito de valorização que a gente lutou muito neste estado e no País.

E ela é exequível, se a gente vai para a estratégia, não está dizendo que, por exemplo, hoje tem um levantamento de que nós estamos perdendo 75% da nossa valorização. Em seis anos, deputado Olim, 75% em seis anos. É exequível, não é nada impossível. Se você dividir 75% em seis anos, dá menos que 6%, 7%. Então, se quisesse valorizar, já teria valorizado. O sexto ano de vigência do plano terminou, portanto, já terminou o que deveria, enfim, estar acontecendo. Em junho do ano passado, ou seja, o Estado ultrapassou o período para cumprimento dessa meta.

Quando analisamos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, do IBGE, percebemos que no terceiro semestre de 2022 os professores receberam, em média, R\$ 4.138,19, por uma jornada ajustada de 40 horas, e outros profissionais com ensino superior - quer dizer, outros que não a categoria dos professores - recebiam R\$ 5.922,49 pela mesma jornada.

Ou seja, os professores receberam 30,1% a menos que os demais profissionais, sendo necessário reajuste de 43,1% no salário médio para o cumprimento da meta. A Portaria Interministerial n.º6, de 29 dezembro de 2023, revisou a portaria anterior, interministerial número seis, de 28 dezembro de 2022, que estipulava o valor mínimo anual nacional por aluno, para o exercício 2022, sendo que a nova estimativa é de R\$ 5.315,56. Está muito gelado isso aqui.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Eu ia ver para esquentar um pouquinho, acho que está 16 graus, põe 22, 21.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Atendendo nossa solicitação aí, quem pode fazer, por favor, está muito frio, nós estamos de paletó... (Palmas.). A variação em relação ao valor aluno-ano anterior será de 3,62%. Variação. A variação é a referência para o reajuste do piso salarial profissional nacional para os profissionais do Magistério Público da Educação Básica, e com este reajuste o valor passou de R\$ 4.420,55.

Só um parêntese aqui. O Fundeb mudou o conceito de Magistério para profissionais da Educação, o que acaba englobando todos os profissionais que atuam na educação básica. O novo valor diminui a diferença para menos 43,2% em relação ao salário do Professor de Educação Básica I.

Agora sim, minha tese comprovada, sendo necessário um reajuste do piso salarial da rede estadual de, no mínimo, 75,9%. Conforme disse, tinha que ser em seis anos, e a gente teria resolvido esse problema da nossa desvalorização. Para cumprir a lei conforme o gráfico um que será apresentado aqui para os senhores.

O salário do Professor Educação Básica II, que já foi de quase 60%, está defasado em 34,2%, conforme a tabela nove. Vejam aí, 2009, nós tínhamos um salário nominal. Nominal é o que a gente pega em dinheiro, de R\$ 950. 2010, um salário... Aliás, analisando ainda 2009, salário base para o PEB I, Professora de Educação Básica I, aqueles que alfabetizam, professores que alfabetizam, R\$ 1.309,17, aplicado o piso salarial profissional nacional. Então, tem uma diferença de 37,8% o PEB I. E o PEB II, que é o segundo ciclo do ensino fundamental, ensino médio e todas as modalidades de ensino, R\$ 1.515,52.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Professora, a prefeitura também paga igual ou paga mais? Por exemplo, São Paulo é mais ou menos parecido com o do Estado?

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Eu não tenho segurança para responder, mas paga mais. Paga mais. Eles recebem mais que nós. Nós recebemos abaixo da prefeitura. É, nós recebemos abaixo, a prefeitura acima. Mas isso tem a ver, já que a V. Exa. perguntou, tem a ver com uma política de valorização que vem desde o Governo Luiza Erundina, que implantou jornada do piso, que implantou, enfim, toda forma de carreira que nós temos hoje, que os professores da rede municipal de ensino têm garantido hoje.

A rede estadual, não. Como a gente nunca experimentou um governo do Partido dos Trabalhadores, então, a gente não pode dizer, mas na prefeitura a gente experimentou com a prefeita Luiza Erundina. Bom, 2010... (Palmas.). Não tenho culpa, foi o senhor que perguntou. Não, foi bom o senhor perguntar, porque eu dirimi uma dúvida que tem que ver com concepção de valorização, sobretudo. Muito obrigada.

Bom, 2010, o reajuste foi de 7,86%. Nominalmente, em dinheiro, recebe - quando a gente fala nominal não é porque valorizou, nosso poder de compra está abaixo - R\$

1.024,67. Nesse 2010, o salário base, como foi aplicado o piso nacional, foi para R\$ 1.309,17, aqui vai rebaixando a diferença para 27,8%. PEB II, R\$ 1.515,52, 47,9%. 2011, reajuste do piso, 15,87%, nominalmente R\$ 1.187,02.

Salário base, R\$ 1.366,75. Salário base do piso salarial profissional nacional abaixa para 15,3%. Salário base, R\$ 1.584,49. Salário base do piso salarial profissional nacional, 33,5%. Vão vendo, de 59% abaixa para 33%, que aqui não foi reajustado. 2012, 22,23%, R\$ 1.450,86. Salário base do PEB I vai para R\$ 1.636,21.

Salário, diferença, 12,8%, cai. Depois, PEB II, vai para R\$ 1.894,12, abaixa de 59,5% para 30,6%. 2013, 7,99%, R\$ 1.566,49. PEB I, 1.803,93, 15,2%, do salário base do Piso Salarial Posicional Nacional, salário base do PEB II, de acordo com o Piso Salarial Posicional Nacional, R\$ 2.088,26, 33,3%.

Em 2014, 8,32%, R\$ 1.692,83, salário base R\$ 1.950,41, 14,9% é o salário base do piso salarial profissional nacional, PEB I. PEB II, salário base R\$ 2.257,84, 33,1%. Em 2014, 8,32%, R\$ 1.692,86, R\$ 1.950,41. Aqui, vertiginosa a queda, 8,8%, salário base do PEB II, R\$ 2.415. Aqui, como tem o efeito jornada, a diferença parece ser menor, mas tem a ver que o PEB I pega até 30 horas, o PEB II, 40 horas.

Então, a diferença se dá muito mais pela jornada do que pela valorização do piso. Então, 26%. Em 2015, 13,01%, R\$ 1.917,53, R\$ 2.086,94, 8,8%, aqui também cai... Eu já tinha lido, desculpe. 2016, 11,36%, R\$ 2.135,44, R\$ 2.086,94, aí negativou o PEB I, menos 2,3%. Olha só. Aqui, se quisesse, teria zerado a diferença. Era só dar 3%, 2%, 2,5%. Não quis, tocou. Era bom não investir em professor.

PEB II, R\$ 2.415, a diferença é de 13%, continua positivo por conta da jornada, e dá 13,1%. Em 2017, 7,64%, R\$ 2.298,59, R\$ 2.086,94, negativou de vez o Professor Educação Básica I. 9,2% negativo e R\$ 2.415,00, 5,1%. Continua ainda uma diferença positiva, mas aquém do que recebíamos.

Depois, 2018, 6,82%. Isso perfaz R\$ 2.455,35, R\$ 2.233,02, negativo aqui, menos 9,1%. Depois PEB II, R\$ 2.585. Aqui já estamos com o pé na negação de tudo. Dá uma diferença - não, aqui ainda fica 5,3% de diferença. 2019, 4,17%, R\$ 2.557,74. R\$ 2.233,2, 12%, aqui, pula para 12%, PEB I. E o PEB II tem uma diferença de 1,1%, que dá R\$ 2.585.

Em 2020, 12,84%, R\$ 2.886,24, R\$ 2.233,02, negativo, menos 22%. PEB II, R\$ 2.585, está certo, dá menos 10,4%, aí a gente já tem uma queda de 10% do salário, que são os 10,15% que está no STF, para que nós tenhamos repercussão geral na carreira. Lamentavelmente, o STF não está, não deu ainda a aparecer sobre esta questão.

E nós ganhamos em todas as instâncias, isso é importante dizer. Esteve comigo lá, inclusive, à época, o governador Márcio França para despachar com... É, a Lúcia, a professora Lúcia. Esteve comigo lá e nós fomos despachar com a ministra, a presidenta, Carmen Lúcia. E até hoje ela continua sentadinha em cima do processo.

Naquela época ela era. Agora está com outro ministro, é verdade. Mas se ela passou, ela continuou, ela poderia ter resolvido. Mas ela sentou bom tempo aí. Bom, e cabe aqui um destaque, porque a gente está vendo o Pacheco querendo o quinquênio para a elite do funcionalismo. E nós aqui lutando para ter o piso salarial profissional nacional. Então, eu acho que isso é algo assim, desrespeito...

Foi dito, os professores não podem ter quinquênio, têm que ter essa porcaria desse subsídio. Mas a Justiça precisa de cinco anos em cinco anos ter o 5% sob grandes salários, porque os salários são altos. Eu não estou brigando com os funcionários da Justiça. Estou dizendo que nós, professores, estamos muito desvalorizados. Agora, que é um disparate, é. Isso precisa ser refletido pela sociedade brasileira. (Palmas.). Em 2020. Não, eu estou em 2021.

Em 2021, nós não tivemos, não teve reajuste, ficou R\$ 2.886,24, R\$ 2.233,02, menos 22%, R\$ 2.585, continua menos 10,4%. Em 2022, 33,24%, pula para R\$ 3.789,58, - sobe do PEB I para II, aliás, mantém o PEB I -, R\$ 2.233,02, menos 41,1%, R\$ 2.585, 31,8% para o PEB I negativo.

Em 2023, 14,95%, R\$ 4.420,55, R\$2.456,32, menos 44,4%, R\$ 2.843,50, 35,7% negativo para o PEB II. Em 2024, 3,62%, R\$ 4.580,57, R\$ 2.603,70, 43,2% negativo. PEB II, R\$ 3.014, menos 34,2%, só que porque tivemos os 4% do ano passado, aí deu essa diferencinha aqui.

Temos um gráfico aí apresentando a linha toda, vocês vão ver que a diferença entre o piso salarial profissional nacional do PEB I, chega a 80%, depois 75%. E aqui, ano a ano, há a perda que nós estamos tendo, em gráfico, para quem quiser olhar linha por linha do tempo. Comparativo do salário-mínimo, Delegado Olim, com os salários do professor, o que comprávamos em 2010. Aí eu estou na frente do nosso querido Mauro Bragato, ele fala: “Está vendo, Bebel, você fazia greve, judiava do PSDB, está vendo?”.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - O Montoro foi bom, não é? O Montoro foi. Para todo mundo.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - O melhor governador que São Paulo já teve na história. Nós reconhecemos que ele foi. Nós reconhecemos. Foi dele um pouquinho que interessa para vocês, que é a juventude. Ele falou, Montoro foi bom. Sim, ele foi o melhor governador que o estado de São Paulo teve no pós período democratização, foi ele sim.

Nós tínhamos inteirinho o estatuto do Magistério que regulava toda a forma de contratação de professor, não tinha essa vergonhosa contratação do “O”, tinha o concurso público, regulava todos os nossos direitos, que estavam lá, e foi fragmentado pela Lei n.º 13.74, que o Sr. Rocielle Soares fez. Fez o que fez e se mandou para o Pará e disse que subiu o salário do Pará, mas eu quero ir lá ver como ele subiu, porque se ele subiu como ele subiu em São Paulo, eu quero dizer que ele desmontou a carreira do pessoal lá do Pará.

Então, eu preciso até conversar com o Pará para ver se aquilo é verdade. Bom, o salário foi reajustado para R\$ 1.421 em 1º de janeiro de 2024. Ao pegar os valores entre 2009 e 2024 do salário-mínimo, a variação nominal dos valores foi de 205,6%, e o salário do PEB I foi de R\$ 1.319,17 para R\$ 2.603,70, com uma variação de 98%.

Os aumentos anuais do salário-mínimo, com a maioria dos reajustes acima da inflação, fizeram com que tanto o salário do PEB I quanto o salário do PEB II perdessem força diante do salário-mínimo. Em 2009, o salário do Professor de Educação Básica I era 2,8x maior que o salário-mínimo e chega, em 2024, a ser 1,8x. Não chega nem a dois salários-mínimos. Uma queda de 35%.

O salário de Educação Básica II era 3,3%, maior que o salário-mínimo e diminuiu para 2,1%, sendo a perda de poder de compra, aquilo que eu chamava atenção, semelhante ao do Professor Educação Básica I, no período analisado. Eu não sou muito fã de tabela, deputado Rômulo, se o senhor puder ler essa tabela agora para mim, eu fico grata.

**O SR. RÔMULO FERNANDES - PT** - Uma honra, Professora Bebel. Vamos lá. Continuando aqui a explicação e o parecer da Professora Bebel. A diferença entre o PEB I e o PEB II em relação ao salário-mínimo, como disse a professora. Brasil e o estado de São Paulo.

Em 2009, o salário-mínimo era R\$ 405,00, o salário base do PEB I era R\$ 1.309,00. O salário do PEB em relação ao salário-mínimo, 2,82%. O salário base do PEB II, R\$ 1.515,52, com a diferença de 3,26% do PEB II. Em 2.010, R\$ 510,00, o salário-mínimo, R\$ 1.309,17 o PEB I, diferença de 2,57%.

O salário do PEB II, R\$ 1.515,00, uma diferença de 2,97%. Em 2011, R\$ 545,00, o salário-mínimo, o PEB I, 1.386,75, com uma diferença de 2,51% com relação ao salário-mínimo. E o PEB II, 1.584,49, com uma diferença de 2,91%. Em 2012, R\$ 622,00, o salário-mínimo e o PEB R\$ 1.636,21, uma diferença de 6,63%.

O salário base do PEB II R\$ 1.894,12, uma diferença de 3,05%. Em 2013, R\$ 678,00, o PEB I R\$ 1.803,93. É uma diferença de 2,66% com relação ao salário-mínimo. O PEB II, R\$ 2.088,26, uma diferença de 3,08%. Em 2014, R\$ 724,00 de salário-mínimo e o PEB I, R\$ 1.950,41, com 2,69% de diferença com relação ao salário-mínimo. PEB II R\$ 2.257,84, com uma diferença do salário-mínimo de 3,12%.

Em 2015, R\$ 788,00 do salário-mínimo, o PEB I, R\$ 2.086,94, uma diferença com relação ao salário-mínimo de 2,65%. O PEB II, R\$ 2415,89, uma diferença de 3,07%. Em 2016, salário-mínimo R\$ 880,00 contra o PEB I, R\$ 2086,94, com uma diferença de 2,37%. Do PEB II, salário base R\$ 2.415,89, com a diferença entre o salário-mínimo de 2,75%. 2017, R\$ 937 o salário-mínimo, o salário base do PEB I, R\$ 2.086,94.

A diferença de 2,23% com relação ao salário-mínimo. PEB II, R\$ 2,415,89, com uma diferença de 2,58%. Em 2018, R\$ 954,00, o salário-mínimo, o PEB I, salário básico do PEB I, R\$ 2,086,94, com a diferença em relação ao salário-mínimo de 2,19%. O PEB II, R\$ 2,415,89, com a diferença de 2,53%. Em 2019, R\$ 998 o salário-mínimo, contra 2.233,01%, uma diferença de 2,24%.

E o PEB II, R\$ 2.585, uma diferença de 2,59%. Em 2020, R\$ 1.045, o salário-mínimo, contra o PEB I, o salário base de R\$ 2.283,01, diferença de 2,15%. O salário base do PEB II, R\$ 2,585, sendo uma diferença de 2,49%. Em 2021, o salário-mínimo R\$ 1.100, e o PEB II, salários base de R\$ 2,233,01. Salário base com relação à diferença entre salário-mínimo de 2,03%. E o PEB II salário base R\$ 2.585, uma diferença de 2,35%.

2022, salário-mínimo R\$ 1.212, o salário base do PEB I, R\$ 2.233,01, a diferença de 1,84%. E o PEB II, R\$ 2.585, uma diferença de 2,13%. Em 2023, R\$ 1.320, salário-mínimo, contra R\$ 2.456,32 do PEB I, Uma diferença de 1,97%. O PEB II, salário base de R\$ 2,843,50. Com diferença de 2,28%. Em 2024, R\$ 1.421, o PEB I, salário base de R\$ 2,603,70, com diferença de 1,83%. E o PEB II, R\$ 3.014,12, com relação ao salário-mínimo, 2,12%.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Só um instantinho, é importante destacar que a fonte, elas são fontes oficiais. Governo Federal, Secretaria do Estado da Educação,

foi uma elaboração nossa, mas com os dados oficiais. Elaboração do Diese, subseção Apeoesp, que eu tenho a honra de ter presidido, ter sido um dia primeira presidenta, hoje eu estou segunda presidenta, hoje nós estamos com o presidente Fábio, e eu, segunda presidenta nessa posição hoje.

E a gente tem claro que a gente se senta sempre em uma Mesa com muita certeza dos números que a gente leva, não são números cabalísticos nem inventados, são números analisados e oriundos das fontes oficiais. E os valores relacionados aqui, destaque-se, se aplicam sempre ao mês de janeiro de cada ano, que é quando tem o reajuste do piso salarial profissional nacional. Você não quer ler esta tabela para mim?

**O SR. RÔMULO FERNANDES - PT** - Tabela 11. Salário médio dos professores estaduais, dos outros profissionais entre o ensino superior e a necessidade de reajuste para equiparação. Estado de São Paulo, terceiro trimestre de 2022. Categoria e rendimento médio conforme está descrito na tabela. Outros profissionais. Salário médio R\$ 5.922,49. Professores estaduais R\$ 4.138,19. Reajuste necessário 43,1%. Como diz a Bebel, a fonte aqui IBGE, PNAD, Contínua. Elaboração pelo Diese e subseção da Apeoesp.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Observação, foram considerados professores estaduais ocupados na área estadual nos seguintes grupos de base de classificação de ocupações para as pesquisas domiciliares, professores do ensino médio, professores do ensino fundamental, professores do ensino pré-escolar. A diferença entre os salários dos professores e os demais profissionais com ensino superior já foi bem maior. Chegando a haver uma necessidade de reajuste de aproximadamente 75,3%.

Por quê? Porque, naquele momento, as outras categorias tinham uma valorização maior. Depois, com a pandemia, e também eu tenho que fazer a minha análise de conjuntura sobre minha concepção, o golpe dado na presidenta Dilma, os salários caíram, e a gente percebe a desvalorização de todas as categorias profissionais, todas.

Então, a queda dessa diferença não ocorreu pela valorização desse profissional como determina a meta 17 do Plano Estadual da Educação, pois como vimos anteriormente, os professores foram pouco valorizados no período, sendo assim, a diferença diminuiu devido à queda da renda média dos demais trabalhadores, motivada pelas seguidas crises econômicas que o Brasil enfrenta nos últimos anos em consonância com a atual crise posta pela pandemia Covid-19.

Quando está falando em crise aqui, a gente está, é claro, desvendando, ou dizendo uma conjuntura que eu entendo que ela tem que ser dita. Além da implantação de um modelo de remuneração por subsídio que não valoriza o tempo de dedicação dos professores do Magistério. O contingente de professoras estaduais da rede pública de ensino básico apresentou uma queda de 2,3%, passando de 218.300 em julho de 2022, para 213.300 em julho de 2023. Quando comparado com 2013, a queda foi de 7,8%.

As professoras com contrato efetivo de trabalho representam 41,9%. Quando a gente fala em contrato efetivo, são os concursados, os que passaram por curso público. Então, nós temos 41,9% do total dos docentes enquanto os categoria “O” não efetivos, temporários, representam 46,9%, ou seja, 99,9 mil. Aqui está a precarização da contratação, que culmina com a baixa qualidade de ensino, dada a rotatividade que se tem a cada ano na rede pública de ensino.

Em relação a 2013, a retração foi quase de 25%, com menos 29.100 professores. Categoria “F”, 2013 até 2023, os profissionais com este vínculo diminuíram em 60,7%, ou seja, uma diminuição de 34 mil profissionais. No comparativo com o ano passado, os professores “F”, os “F” foram aqueles professores que ficaram estáveis por estarem com aulas até 2007, e no governo do governador Serra, teve um problema de discussão previdenciária na Casa.

E o então ministro Marinho, na época, fez um acordo com o governador que não demitissem aqueles profissionais que fossem até 2007, e criou essa estabilidade de 65 mil professores da categoria “O”, aliás, “F”, com uma jornada de 12 horas semanais. Isso para nós foi uma resposta à luta que fizemos. Você fala assim: “Mas a senhora não luta por concurso público?”. Sim, mas queria resolver o problema da previdência. Para resolver o problema da previdência, tinha que tornar estáveis esse número de profissionais que eu disse.

Agora, continuando, no comparativo com o ano passado, esses que são “F”, que eu expliquei por que eles são “F”, tiveram uma diminuição de 7%, passando de 25.800 para 24.000 professores e professoras. Aqui é importante destacar que tem a ver com a aposentadoria. O “O” é que tem uma crescida vertiginosa.

Com 99,9 mil professores e professoras, houve um aumento de 96%, ou 49 mil professoras na comparação com o mês de 2013. Por que a marca está em 2013? 2013 foi uma greve vitoriosa que nós tivemos, a greve mais importante, a greve que eu tenho orgulho de dizer que saímos de cabeça erguida. Foi no Governo Alckmin, nós fizemos

uma greve para ter concurso público para 59 mil profissionais, professores e professoras, profissionais. Conseguimos até para a Educação Básica I.

E a gente considera essa greve como a mais vitoriosa, porque a forma de contratação impõe para nós, dá para nós uma importância muito grande, porque se ele tem estabilidade, se ele tem o concurso público... Então, aqui foi uma resposta muito importante daquela greve, o governador oferecia 20 mil vagas, nós ampliamos para 59 mil vagas. Essa foi a grande vitória que nós tivemos aqui. (Palmas.).

Com relação aos cargos majoritários, cabe notar que 8% ou 17 mil são professoras ou profissionais da Educação Básica I, PEB I, e 43,9%, ou 93.700, são professoras ou professores da Educação Básica II. Quem escreveu esqueceu da flexão, que eu gosto de fazer, porque a gente tem homens e mulheres, pode ser minoritário, mas eles estão também nesta profissão, sobretudo na Educação Básica II.

O grupo com o maior contingente é o de professores do ensino fundamental e médio. Nova carreira que representa 48%, então, 48,1% do total de professores ou 102.600 profissionais. Destaque-se aqui que o governador fez neste ano um concurso para 15.000, e olha o número de não concursados que nós temos.

Então, nós vamos fazer uma luta que a gente quer, há vagas potenciais, elas podem ser criadas em cargos a cada ano, e pode ser alongado o período do concurso, porque foi feito o concurso. Neste concurso passaram 176 mil profissionais para 15 mil vagas, então, se passaram 176 mil e nós temos todo esse número de profissionais contratados precariamente, por que não fazer um cronograma de chamada para isso?

As mulheres no Magistério, nós compomos 70,7% do total de 153 mil professores. Os homens representam 29,3% da categoria, são bastante ainda, o que significa 62.500 de docentes, na comparação com os últimos 12 anos terminados em julho. O número de professoras, caiu 2,6%, quatro mil, e os homens professores seguiram a tendência com a queda de 1,6%, ou mil docentes.

Os profissionais de Educação Básica I e Básica II representam 81,2% dos profissionais inativos da Educação Básica, e seus vencimentos representam 83,7% do total pago aos profissionais de educação. A média do benefício previdenciário é de R\$ 5.037, com mais 39%, R\$ 5.000 e R\$ 5.270,61%, respectivamente.

Perfil dos docentes da Educação Básica em atividade por tipo de vínculo funcional. Entre julho de 2013 e 2023, o total dos docentes caiu de 7,8%, de 28.200 para 213.300 professoras, embora as mudanças nos vínculos tenham se mostrado mais

intensas. Os contratos efetivos concursados tiveram uma queda de 24,6%, o que significou a saída de 29,2 mil professores na rede pública.

O número de professoras, categoria “E”, professores, categoria “F”, teve perda de 60,7%, uma saída de 37 mil professoras com esse vínculo da rede. Se era 65 mil, como eu falei, está aí “mezzo a mezzo”. E aqui tem a ver com a aposentadoria, é uma saída por aposentadoria sem reposição por concurso público.

As professoras estáveis com vínculos que se aproximam do fim tiveram uma redução de 97,8%. Esses estáveis aqui são por outro tipo de estabilidade, aquela conferida pela Constituição Federal de 88, que tornou estáveis todos os que estavam no serviço público naquele período. Com alguns critérios, se tornaram estáveis.

Passando hoje, nós temos na rede 18 professoras nessas condições, ante a 832 em julho de 2013. As professoras contratadas como “O” foram as únicas que tiveram aumento do seu contingente, com crescimento de 96% em comparação com o mesmo mês de 2013, crescendo de 51 mil para 99.900 profissionais. Tabela 12. Reis, lê a tabela para mim, por favor. O caderninho está aqui. Dá o caderno para ele. Não atrapalhem o deputado. Eu só quero que ele leia a tabela porque eu sou ruim do... Estrabismo.

**O SR. REIS - PT -** Tabela 12, evolução do número de docentes por vínculo funcional. Rede Estadual de São Paulo, 2013-2023. Mês, ano, julho de 2013, efetivo 118.481. Categoria “F” 60.932. Estável 832. CLT, 2. Categoria “L”, 6. Categoria “O”, 50.981. Total, 231.234. Mês, ano, julho de 2014. Efetivos, 127.479. Categoria “F”, 56.026. Estável, 663. CLT, 2. Categoria “L”, 2. Categoria “O”, 54.287. Total, 238.459.

Mês, ano, 2015. Efetivos, 132.383. Categoria “F”, 51.659. Estável, 429. CLT, 2. Categoria “L”, cinco. Categoria “O”, 37.187. Total 221.665. Mês, ano, julho de 2016. Efetivos, 126.138. Categoria “F”, 47.372. Estável, 260. CLT, um. Categoria “L”, tracinho. Categoria “O”, 29.955. Total, 203.726.

Mês, ano, julho de 2017. Efetivos, 127.962. Categoria “F” 43.466. Estável, 204. CLT um. Categoria “L”, um. Categoria “O”, 23.555. Total 195.189. Mês, ano, julho de 2018. Efetivos, 124.218. Categoria “F”, 39.098. Estável, 141. CLT, um. Categoria “L”, tracinho. Categoria “O”, 28.175. Total, 191.633.

Mês, ano, julho de 2020. Efetivos, 107.560. Categoria “F”, 30.934. Estável, 55. CLT, um. Categoria “L”, tracinho. Categoria “O”, 52.512. Total 191.062. Mês, ano, julho 2021. Efetivos 100.326. Categoria “F”, 27.780. Estável, 36. CLT, um. Categoria “L”, tracinho. Categoria “O”, 70.511. Total, 198.654.

Mês, ano, julho 2022. Efetivos, 94.396. Categoria “F”, 25.787. Estável, 29. CLT, um. Categoria “L”, tracinho. Categoria “O”, 98.045. Total, 218.258. Mês, ano, julho 2023. Efetivos, 89.316. Categoria “F”, 23.971. Estável, 18. CLT, um. Categoria “L”, tracinho. Categoria “O”, 99.945. Total, 213.251.

Varição, julho de 2022 a julho de 2023. Porcentagem de efetivos, menos 5,4%. Categoria “F”, menos 7,0%. Categoria estável, menos 37,9%. CLT, 0,0%. Categoria “L”, tracinho. Categoria “O”, 1,9%. Total, menos 2,3%. Menos 5.080 efetivos. Categoria “F”, menos 1.816. Estável, menos 11. CLT, zero. Categoria “L”, tracinho. Categoria “O”, 1.900. Total, menos 5.007.

Varição de julho de 2013 a julho de 2023. Efetivos, menos 24,6%. Categoria “F”, menos 60,7%. Estável, menos 97,8%. CLT, menos 50,0%. Categoria “L”, tracinho. Categoria “O”, 96,0%. Total, menos 7,8%. Número de efetivos, menos 29.165. Categoria “F”, menos 36.961. Estável, menos 814. CLT, menos um. Categoria “R”, tracinho. Categoria “O”, 48.964. Total, menos 17.983.

Fonte, GGRH-CE; elaboração: Diese - Subseção, Apeoesp. Nota 1: a nomenclatura passou a ser de “temporários” apenas em julho de 2017. Nos relatórios anteriores, a nomenclatura era categoria, “O”; nota: no mês de julho de 2019, não tinha dados.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Obrigada Reis, daqui a pouco vou sossegar minha goela para passar para você de novo. As alterações no número de professoras, professores, professoras por vínculo funcional, vistas anteriormente, alteraram a composição do quadro total de docentes.

Dá para ver aí, vocês têm uma sopa de letrinhas, não é, Reis? É “L”, é “O”, é “F”, uma sopa de letrinhas. Mas somos todos professores, essa que é a questão. É disso que a gente está falando, nós queremos acabar com isso, e todos sermos profissionais da Educação. Esse é o nosso intento.

O número de professores categoria “O” representava 22% do total, em julho de 2013, e passou a 46,9% em 2023. A trajetória foi bem irregular, tendo aumentos e diminuições desse contingente no período, tendo atingido 12.1% em 2017. Thiago, tira da tela, por favor, essa tabela, depois você põe quando chegar outra tabela. Não, não põe o texto, eu acho que é a nossa imagem.

A trajetória foi bem regular, tendo aumentos e diminuições desse contingente no período. A partir dos anos seguintes, houve um aumento intenso no número de professores

temporários, com a proporção triplicada em 2018 e 2023. O número de categoria “F” diminuiu durante todo o período analisado. Em julho de 2013, representavam 20,3% 26,4% em relação, aliás, em julho de 2023, eram 12,2%.

O grupo de professores efetivos teve oscilações importantes no período entre julho de 2013 e julho de 2023, após o crescimento no contingente destes profissionais a partir de 2014, relacionado ao concurso público do PEB II feito naquele ano. A proporção desses profissionais foi crescendo até atingir 65,6% do total em 2017.

Nos anos seguintes, houve seguidas diminuições na representatividade destes professores-professoras, fazendo com que, em 2023, os efetivos representassem 41,9% do total, a menor proporção do período analisado. Com a palavra, Reis. Siga até a página 116, Reis. Até 117, por favor.

**O SR. REIS - PT -** Do gráfico, né?

**O SR. DELEGADO OLIM - PP -** Senhora, quantas páginas faltam? Só para a gente saber.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT -** Acho que agora é umas sete, oito. Obrigado.

**O SR. REIS - PT -** É o gráfico dois?

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT -** É.

**O SR. REIS - PT -** Gráfico dois. Distribuição dos docentes segundo vínculo funcional. Rede estadual de São Paulo, 2013 a 2023. Primeira linha, 22 efetivos. Julho de 2013, 22,0%...

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT -** Questão de ordem, Sr. Presidente. Baixou o quórum e a gente...

**O SR. DELEGADO OLIM - PP -** Voltou, acabou a brincadeira.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputada Marta está aqui presente.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Ela quer ir ao banheiro, não pode ir ao banheiro?

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Ela tem que dizer para a gente não adivinhar.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Quero ir ao banheiro, dá licença, posso levantar-me?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pode.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Não, não se trata disso, a gente está tratando de um ambiente que tem que ter quórum para continuar. Sem brincadeira, eu acho que é muito sério isso. Pode continuar, querido.

**O SR. REIS - PT** - Deputada professora Bebel, eu tenho que seguir ali, porque aqui no livro está preto e branco, e o gráfico é colorido. Então, por exemplo, o estável seria a primeira faixa, é isso? Então, estável. 2013, 22,0%. 2014, 22,8%. 2015, 16,8%. 2016, 14,7%. 2017, 12,01%. 2018, 14,7%. 2020, 27,5%. 2021, 35,5%. 2022, 49,9%. 2023, 46,9%. Agora, a próxima faixa é a categoria “F”.

Categoria “F”. Julho de 2013, 26,4%. Julho de 2014, 23,5%. Julho 2015, 23,3%. Julho 2016, 23,3%. Julho 2017, 22,3%. Julho de 2018, 20,4%. Julho de 2020, 16,2%. Julho de 2021, 14%. Julho de 2022, 11,8%. Julho de 2023, 11,2%. Agora, efetivos. Julho de 2013, 51,2%. Julho de 2014, 53,5%. Julho de 2015, 59,7%. Julho 2016, 61,9%. Julho 2017, 65,6%. Julho 2018, 64,8%. Julho de 2020, 56,3%. Julho de 2021, 50,5%. Julho de 2022, 43,2%. Julho de 2023, 41,9%.

Agora, a categoria “O”. Eu quero entender que tem aqueles preciosismos que tem ali entre a categoria “F” e... Quer dizer, aqueles preciosismos que têm entre um e outro, entre o vermelho e o magenta, deputada Bebel, não entendi aquilo ali.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Mas ninguém está entendendo nada, nem você, quanto mais...

**O SR. REIS - PT** - Aquilo ali seria o quê, deputada Bebel?

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - O preciosismo que o senhor se refere, Reis, o 02, 01?

**O SR. REIS - PT** - Isso, isso.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Isso é a diferença entre uma faixa e outra.

**O SR. REIS - PT** - Então, a diferença entre a faixa magenta e a faixa vermelha em julho de 2013, 0,4%. A diferença entre a faixa magenta e a faixa vermelha em 2014, 0,3%. A diferença entre a faixa magenta e a faixa vermelha em 2015, 0,2%. A diferença entre a faixa magenta e a faixa vermelha em 2016, 0,1%. A diferença entre a faixa magenta e a faixa vermelha em 2017, 0,1%.

A diferença entre a faixa magenta e a faixa vermelha em julho de 2018, 0,1%. A diferença entre a faixa magenta e a faixa vermelha em 2020, 0%. Em 2021, 0%. Em 2022, não há porcentagem a ser falada. Em 2023, também não há porcentagem a ser falada. Fonte: CGRH-CE. Elaboração: Dieese-subseção, Apeoesp.

Quando se analisa os professores por vínculo funcional entre julho de 2022 a julho de 2023, identifica-se o aumento no número total de professoras categoria “O”, de 98 mil no ano passado para 99,9 mil em julho último, o que equivale a acréscimo de 1,9%. No período em ritmo de queda contínua, as professoras efetivas apresentaram diminuição de 5,4% no mesmo período, caindo de 94,4 mil professoras para 89,3 mil. Por conta do aumento expressivo das professoras categoria O.

As efetivas se mantiveram sempre abaixo do número de terceirizadas, em que eram 3,7% menores do que as últimas. Em julho de 2023, as efetivas são 10,6% menor do que as professoras terceirizadas. Abre parênteses. Gráfico Três. Fecha parênteses. Gráfico 3. Evolução mensal do número de docentes efetivos e categoria “O”, Rede Estadual de São Paulo. Julho de 2022 a julho de 2023. Abre parênteses, em mil, fecha parênteses.

Bom, julho de 2022, 94,4% a 98,0%. Agosto de 2022, 93,8% a 97,5%. Setembro de 2022, 93,4% a 97,1%. Outubro de 2022, 93,0% a 96,8%. Novembro de 2022. Só corrigindo aqui, deputada Bebel, é que como aqui não está colorido, fica difícil para a gente entender. Efetivos é o azul, e a categoria “O” é o magenta.

Então, novembro de 2022, efetivos 92,8%. Categoria “O”, 96,6%. Dezembro de 2022, efetivos 92,7%. Categoria “O”, 95,3%. Janeiro de 2023, efetivos 92,3%. Categoria “O” 96,7. Fevereiro de 2023, efetivos 91,5%. Categoria “O” 92,2. Março de 2023, efetivos 91,0. Categoria “O”, 95,5.

Abril de 2023, efetivos 90,6%, categoria “O” 97,2%. Maio de 2023, efetivos 90,1, categoria “O” 99,2. Junho de 2023, efetivos 89,7, categoria “O”. Seria 100%, deputada Bebel? Categoria “O”, 100%. Porque chegou no ápice da linha lá. Junho de 2023. Efetivos, 89,3%. Categoria “O”, 100%. Fonte: Cgrh/cee.elaboração, dois pontos, Dieese-Subseção Apeoesp. No estado de São Paulo, há 17 mil profissionais com o cargo de professores, pois assino básico um.

**O SR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Nós sabemos da capacidade de leitura do nobre deputado Reis, se ele não está com nenhum... Está passando mal, está tudo bem Reis?

**O SR. REIS - PT** - Deputado Nóbrega, em uma reunião anterior eu fui questionado pelo deputado Tomé Abduch sobre a leitura. Então, eu falei para ele... Ele falou que eu tinha que ler rápido. Eu falei, não, eu tenho que ler o voto. Eu não leio do jeito que a V. Exa. quer, porque eu não sou teu empregado.

Falei isso para ele. Não vou falar isso para a V. Exa., porque eu prezo muito pela nossa amizade. O Regimento, deputado... Constitucional, diz que eu tenho que ler o voto. Se eu vou ler letra a letra, não importa. Fica tranquilo, porque até o...

**O SR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - O senhor estando bem, eu fico em paz.

**O SR. REIS - PT** - Até o final do ano, nós vamos estar aqui. (Palmas.). O estado...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputado Reis, retornar à leitura, por favor.

**O SR. REIS - PT** - O estado de São Paulo...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Plateia, por favor.

**O SR. REIS - PT** - Tem silêncio?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - A gente tem trabalhado com tanta tranquilidade, então, vamos devolver a palavra para o deputado Reis. (Palmas.).

**O SR. REIS - PT** - Obrigado. No estado de São Paulo, há 17 mil profissionais com o cargo de professores do ensino básico.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Boa, agora sim.

**O SR. REIS - PT** - Não, mas isso é porque eu já tinha lido... Abre parênteses, PEB I, fecha parênteses, 93,7 mil professores de ensino básico. (Vozes sobrepostas.).

**A SRA. DANI ALONSO - PL** - Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de comunicar que vou ao banheiro. (Vozes sobrepostas.).

**O SR. REIS - PT** - Dois, abre parênteses, PEB II, fecha parênteses, e 102,06 mil professoras do ensino fundamental e médio. Entre os PEB I, apenas 65,9% do total possui vínculo efetivo, com 11,2 mil. Outros 33,9%, abre parênteses, 5,8 mil são da categoria “F” e apenas 16 profissionais são categoria “O”. Deputada Bebel, eu continuo na 117? Que V. Exa. me designou até a 116.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Agora eu vou seguir para passar pouco para o... Pode ser V. Exa. mesmo, mas você leu até o...

**O SR. REIS - PT** - 116.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Agora Eu acho que você termina o 117 e eu entro no 118.

**O SR. REIS - PT - Ok.**

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Já entre os PEB II, há uma proporção maior de efetivos em relação aos PEB I. Cerca de 80,8% dos PEB II são profissionais, com vínculo funcional efetivo, ou seja, 75,7 mil servidores. A segunda maior parcela de PEB II está entre os que possuem vínculo funcional de categoria “F” com 18 mil, representando 19,2% do total. Os estáveis têm mais contingente que os professores categoria “O”, com 16 profissionais e 13 terceirizados.

“Tabela dois.” Os professores da nova carreira são constituídos, em sua grande maioria, de professores categoria “O” que foram enquadrados sem escolha. Os profissionais com este vínculo representam 97,4% ou 99,9 mil do total deste cargo. Enquanto os efetivos são apenas 2,4%, com 2,4 mil profissionais. Tabela 13. Docentes por cargo e vínculo funcional, Rede Estadual de São Paulo, julho de 2023. Vínculo efetivo. PEB I, número 11.218. Porcentagem, 65,9%. PEB II, número, 75.680.

Porcentagem, 80,8%. PEB F/M, número, 2,418. Porcentagem, 2,4%. Total, número, 89.316. Porcentagem, 41,9% Vínculo, categoria “F”, PEB I. Número 5.774. Porcentagem, 33 mil... Desculpa, 33,9%. PEB II, categoria “F”, número 17.977, porcentagem 19,2%. Categoria PEB F/M número 219, porcentagem 0,2%, total, número 23.970. Porcentagem, 11,2%. Vínculo estável. Número 2. Porcentagem, 0,0%.

PEB II. Número estável, 16. Porcentagem, 0,0%. Estável, PEB F/M, número, zero. Porcentagem, 0,0%. Total, 18%. Porcentagem de estáveis, 0,0%. CLT PEB I, número zero. Porcentagem, 0,0%. CLT, PEB II, número um, porcentagem 0,0%. CLT PEB F/M, número 0, porcentagem 0,0%. Total, CLT-1, 0, porcentagem 0,0%. Categoria “L”. PEB I, tracinho, porcentagem, tracinho. PEB II, categoria “L”, número, tracinho, porcentagem, tracinho. PEB F/M, categoria “L”, número, tracinho, porcentagem, 0,0%. Total.

Categoria “L”, número, tracinho, porcentagem, tracinho. Categoria “O<sup>2</sup>”, PEB I, 16, porcentagem, 0,1%. Categoria “O<sup>2</sup>”, PEB II, número, 13, porcentagem, 0,0%. Categoria “O<sup>2</sup>”, PEB “F/M”, 99.916. Porcentagem, 97,4%. Categoria “O<sup>2</sup>” total, número, 99.945. Porcentagem, 46,9%. Total, PEB I, 17.010. PEB II, 93.687. Porcentagem, 100%. PEB F/M, total. Número, 102.553. Porcentagem, 100,0%. Total. Número, 213.250. Porcentagem, 100,0%. Fonte: CGRH-CE. Elaboração: Dieese - subseção, Apeoesp. Nota 1: as professoras “P2”, não foram contabilizadas.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputada Bebel, podemos fazer uma sugestão de uma suspensão dos trabalhos até as 14h15, para a gente poder almoçar?

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Então, posso? Antes de...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Claro, por favor.

**A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT** - Ouvir a V. Exa., eu gostaria, eu cometi a gafe no início, eu cumprimento as autoridades presentes, está aqui o primeiro presidente da Apeoesp, eu, segunda presidenta. Como também está a nossa querida Rosaura, que é presidenta da APASE, que é dos Supervisores de Ensino, e a recém-eleita jovem, presidenta da UMIS, a nossa querida Valentina. (Palmas.).

E... E também o tesoureiro da CUT estadual, Douglas Martins Izzo. (Palmas.). E também cumprimentar os guerreiros que estão na outra sala acompanhando a leitura deste importante voto. Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.).

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Claro. Declaro a suspensão para a reunião até às 14h15.

\* \* \*

- Encerra-se a reunião.

\* \* \*